

Dívida pública preocupa o FMI

Expectativa do governo é encerrar o ano próximo de 49% do PIB

Vicente Nunes
de Brasília

O comportamento da dívida pública foi um dos temas principais das conversas mantidas por técnicos do governo brasileiro e do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas últimas duas semanas. O governo fez questão de mostrar que conseguiu retomar o controle da dívida, que vinha crescendo em ritmo alarmante desde o início do segundo semestre de 1997, quando representava apenas 34% do Produto Interno Bruto. Com a acentuada queda dos juros nos últimos dois meses e o recuo dos preços do dólar, o governo acredita que a relação dívida/PIB fechará o ano próxima de 49%. Em março, auge da crise cambial, essa relação era superior a 53%.

"O novo acordo com o FMI, que deve ser divulgado amanhã, mostrará uma tendência de queda da dívida em proporção ao PIB. Esse é um indicador muito importante. O controle da dívida é a principal meta da política fiscal", disse um técnico do governo. "Quando falamos no controle da dí-

vida estamos nos referindo à retomada da confiança. Os investidores precisam ter certeza de que o governo vai pagar o que deve. Foi a desconfiança de que isso não seria possível que estimulou o sentimento de pânico no fim do ano passado e início deste."

Segundo Marcelo Mesquita, economista no Brasil do Warburg Dillon Read, braço financeiro do União de Bancos Suíços (UBS), se o governo realmente conseguir cravar os 49% será uma vitória importante. "Nós, por exemplo, estamos trabalhando com um número ligeiramente superior a 50%. E pelos indicadores que temos, a relação dívida/PIB é crescente", afirmou.

Para Alfredo Moraes, vice-presidente do Banco ABC Brasil, mais do que mostrar o valor absoluto da relação do endividamento público com o PIB, o governo tem de se preocupar com a evolução da dívida. "É essa tendência que importa. Se continuarmos com o crescimento da dívida no ritmo veloz que verificamos nos últimos dois anos, dificilmente a credibilidade será reto-

mada. E credibilidade não se conquista da noite para o dia."

O controle efetivo da dívida pública, disse Mesquita, só será possível num contexto de crescimento econômico. O aumento do PIB terá de ser, no mínimo, de 4% ao ano para compensar os gastos com juros, cujas taxas reais terão de estar abaixo de 10% ao ano. Em 1999, o PIB deverá registrar queda entre 0,8% e 1,3% como ficou acertado no novo acordo com o FMI. A retomada da economia só ocorrerá mesmo a partir do ano que vem. "Por isso, o governo não pode abrir mão do superávit fiscal. É essa diferença positiva das receitas sobre as despesas que garantirão o pagamento dos juros, evitando que sejam emitidos mais títulos para a rolagem da dívida", disse o técnico do governo.

Uma taxa real de juros de 10% ao ano, segundo previu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, só será possível a partir do fim do ano. Ele tem reforçado que o esforço fiscal feito até agora permite ao governo vislumbrar essa taxa.